

**LABIRINTOS DA POLÍTICA PATRIMONIAL NO OESTE METROPOLITANO
FLUMINENSE: O PAPEL DOS AGENTES PÚBLICOS LOCAIS NA RESOLUÇÃO
DO IMPASSE PRESERVAÇÃO X DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

CARDOSO, Diogo da Silva¹

Eixo Temático: Política Pública e Desenvolvimento Territorial

RESUMO

O objetivo deste texto é esclarecer a missão, estratégias, ferramentas de ação e a postura política e cultural das organizações e agentes públicos dos setores cultural e do turismo, situados no contexto geo-histórico da Fazenda de Santa Cruz (1567-1938). Esse empreendimento rural deixou um legado valioso (sítios arqueológicos, manifestações culturais, templos religiosos, casarões e casarios, ruínas) que, devido à localização precária e à desvalorização pelo Poder público e os moradores locais, encontram-se estagnados ou prestes a serem suprimidos. Os agentes públicos municipais cumprem (ou deveriam cumprir) um papel crucial para estancar a atual destruição do patrimônio, e ser um agente que mobiliza e articula iniciativas e políticas para colocar o patrimônio e os setores que o potencializam (artes, turismo, moda, design, gastronomia, ciência) na agenda de desenvolvimento local e no imaginário da sociedade local. A política pública é um elemento chave nesse processo, sem a qual os gestores pouco ou nada teriam a acrescentar para reverter o quadro atual de estagnação econômica e de periferização social da área em estudo. O turismo entra nesse cenário com a dupla tarefa de diversificar a atividade econômica local e revitalizar a imagem dos municípios para torná-los atraentes, competitivos, fiáveis e viáveis para enfrentar os problemas internos e os novos imperativos da economia de mercado e do planejamento público estratégico.

Palavras-Chave: Estado do Rio de Janeiro, Fazenda de Santa Cruz, políticas públicas, agentes públicos, patrimônio cultural.

¹ UFRJ. Doutor em Geografia. diogo_georeg@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este texto é fruto de uma proposta geoetnográfica² para compreender a política e os processos patrimoniais, turísticos e adjacentes na área geográfica na qual os agentes públicos pesquisados se situam: a área da Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC). Como recorte temático, foram selecionados agentes vinculados a órgãos de patrimônio, turismo, cultura e afins. Como agentes de defesa, preservação e fomento do patrimônio cultural local para alavancar a imagem da cidade, distrito rural ou do município como um todo, tais instituições e sujeitos do *staff* da burocracia governamental estão engrenados em redes que extrapolam o Estado. Agentes públicos também estão engajados, política e afetivamente, em outros círculos sociais.

A cultura e o turismo, setores que definem o cenário deste texto, compreendem mais que instituições e pessoas isoladas: configuram o *trade* local, com seus meios de hospedagem, museus, centros culturais e educativos, produtoras culturais, equipamentos recreativos, ateliês, lojas de souvenirs, companhias e grupos artísticos. O trade turístico-cultural é um ator indispensável em dois aspectos: 1) condensa uma matriz de atividades econômicas no seio da sociedade; 2) pressiona e dá suporte para a inserção do segmento na agenda de políticas públicas.

Entre 2015 e 2016, foram entrevistados 36 agentes públicos de diversos municípios e órgãos. Dessa lista, a maior parte dos sujeitos ocupam cargos comissionados, mas também consegui audiência com alguns servidores (funcionários de carreira). Cargos comissionados são uma realidade predominante nas organizações públicas no Brasil e, com ainda mais ênfase, naqueles setores criados a partir do excedente econômico e que pela qual são exigidas uma postura: 1) mais dinâmica; 2) mais intersetorial; 3) menos burocrática nos seus processos cartoriais e decisórios; 4) mais comunicativa e integrada à dinâmica da vida social e aos interesses dos agentes vinculados ao setor.

Os primeiros pontos a serem levantados sobre os dilemas e possibilidades de ação dos agentes públicos frente ao cenário desfavorável em que atuam, são: qual a relação dos burocratas e gestores públicos com as organizações sociais que representam e agem sobre o

² Pesquisa pós-doutoral realizada no âmbito do PPGG/UFRJ, com bolsa PNPd/Capes.

patrimônio cultural? Em que medida a maior ênfase sobre o patrimônio imaterial tem resultado num desprezo sobre os bens materiais móveis, levando a uma política cultural e patrimonial de perfil mais identitário, difuso e popular? Chegar a essas respostas passa por compreender, em primeiro lugar, a mudança na cosmologia dos agentes do patrimônio, e, no segundo momento, compreender as pressões comunitária, empresarial, da burocracia local e de outros *stakeholders* sobre o modo como o patrimônio (não) deve ser inserido nos processos de reabilitação urbana, turistificação do lugar, revitalização da paisagem e desenvolvimento social.

2 DESENVOLVIMENTO

Traçando uma linha que vai do litoral ao Vale do Paraíba, a FSC nos legou um acervo de bens culturais e naturais que surpreende pela sua resistência ao tempo e aos processos de ocupação territorial. É certo que muitos bens foram destruídos ou se encontram em estágio avançado de deterioração. A possibilidade de reunir, de forma metódica e sistemática, esses testemunhos históricos da paisagem e torná-los visíveis e reconhecidos pela sociedade é uma tarefa árdua que nunca se concretiza da forma como os gestores públicos e agentes culturais locais esperam. Há dificuldade em compreender a ligação desses bens culturais locais no contexto histórico geral da FSC. As tentativas de reconhecimento e promoção da história da FSC se esvaíram diante das mudanças repentinas na região que embarçam qualquer projeto de desenvolvimento de um sentido de lugar e de promover ações culturais sólidas. Sobre isso, o turismólogo e professor da FAMA (Santa Cruz), Célio Souza, fala, de forma ressentida, das

[...] várias pessoas que tanto lutaram por essa região, tentaram colocar as histórias e a cultura local em evidência, mas com o passar do tempo se cansaram, ficaram sem “pernas” para lidar com um cenário tão complicado, difícil de se resolver já que nem a comunidade se interessa pelo assunto. É o caso do Sinvaldo, do Benedicto, do Antônio Nicolau Jorge, do mestre Saul e tantos outros (2015, comunicação pessoal).

Assim como a linha imaginária e consciência de propriedade com as quais os jesuítas iniciaram o traçado dos limites da FSC já no século XVI (cf. FREITAS, 1985, p. 41-52), essa mesma linha e consciência histórica nos permite compreender hoje a singularidade de lugares

como Pedra de Guaratiba, cuja uma das ilhas pertencentes a esse bairro, a Ilha de Guaraqueçaba, contém um memorável microrregistro da primeira tentativa de medição da FSC.

Imagem 1: marco jesuítico na Ilha de Guaraqueçaba, consiste em duas figuras (quadrado mais esfera em formato de pizza) sobre a rocha. Fonte: arquivo pessoal.



Para a história do tombamento (medições e fixação dos limites) deste imenso latifúndio que foi a FSC, ao qual existiu desde o fim do século XVI e, durante quase dois séculos, sofreu um lento, porém contínuo declínio das suas atividades e importância na vida econômica e política fluminense até a sua “extinção” em 1938 (Decreto-Lei n. 893). A trilogia de Benedicto Freitas (1987a, 1987b, 1985) fornece muitos elementos e sinais para compreender a história da FSC. O epílogo da sua obra nos leva a um horizonte de questionamentos, a começar pelo fato dessa história territorial não ter o seu devido reconhecimento pelos órgãos oficiais e a comunidade científica. Com alguma insistência, referem-se apenas aos seus resíduos na paisagem (COSGROVE, 1998). Uma história de ruínas, portanto, uma memória arruinada pelo esquecimento (POLLAK, 1989). Uma memória impraticável do ponto de vista da construção de lugares de memória (NORA, 1998) cuja densidade, valor e efervescência cultural levam à sua ressignificação e uso pela sociedade, forçando o Poder público a administrá-los com zelo.

Em alguns levantamentos de campo, pude constatar o estado deplorável de edifícios e artefatos. Os casos mais críticos são: casarão de Paracambi (imagem abaixo); ruínas do Matadouro, Ponte dos Jesuítas e Casa de Sal (Santa Cruz, Rio de Janeiro); marcos da Estrada e

da Fazenda de Santa Cruz (Paciência, Pedra de Guaratiba e Santa Cruz, Rio de Janeiro); sítio histórico da Reta do Piranema e casarios na Rua General Bocaiúva (Itaguaí); ruínas do leprosário (Queimados).

Imagem 2: casarão histórico em Paracambi. Seu estado de conservação é crítico. Fonte: arquivo pessoal.



O registro oficial do patrimônio regional é restrito a levantamentos esporádicos realizados por prefeituras, grupos de pesquisa científica (UFRRJ, FAMA), pesquisadores individuais³ e ações de tombamento pontuais do Inepac, do Iphan e das prefeituras. O caso mais complexo, pois envolve um instrumento legal e regulamentar de proteção patrimonial e gestão urbana, é a APAC Santa Cruz (Decreto n. 12.524 de 09 de dezembro de 1993).

O descaso com o patrimônio atinge em cheio os planos e ações de turismo na região. Mesmo nos casos em que determinados processos conseguem ser completados, a descontinuidade das políticas e ações governamentais deixa um vácuo difícil de ser preenchido pelos próximos a encarar a tarefa. É o caso de Itaguaí com o processo de inventariação turística realizada em 2012 por professores e alunos da FAMA. Os coordenadores Shirley de Macedo e Célio Souza afirmaram que o trabalho foi bem-sucedido: os atrativos culturais e naturais foram

³ Refiro-me à pesquisa do Sinvaldo e do AZO (Amigos da Zona Oeste) na década de 1990; e à minha pesquisa entre 2013-2015 que, dentre outros produtos, gerou o guia turístico-cultural *Oeste Carioca*, publicado pelo Observatório de Favelas (BARBOSA & SILVA, 2014), e os mapas dos espaços culturais e museológicos da Zona Oeste expostos em minha tese de doutorado (CARDOSO, 2015).

levantados, identificados e registrados, e o produto final entregue à Prefeitura. No entanto, alguns anos depois, Célio sondou junto à Prefeitura se o trabalho teve continuidade, porém, para sua surpresa, descobriu que a Secretaria responsável pelo turismo (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável) perdeu o material.

O fato foi confirmado pelo Diretor de Turismo, Nelson Wenglarek. Em uma reunião (na qual eu estava presente) com o secretário e subsecretário da sua pasta, Marcelo Godinho e Marcos Rogério Rocha, respectivamente, falou, em tom de desabafo, que acompanhou de perto o inventário realizado pela FAMA, mas que agora, sem o material “perdido em meio ao amontoado de papéis que foram jogados fora pela última gestão”, não tinha mais em mãos “o arsenal necessário” para formalizar a inclusão de Itaguaí no sistema do Ministério do Turismo (Invtur e Mapa do Turismo Brasileiro) e captar recursos junto aos órgãos estaduais e federais.

O exemplo acima mostra como, na relação entre os entes federativos, o maior prejudicado é o município. No exemplo acima, vemos como na gestão pública, a hierarquia federativa tira a autonomia e recursos do município, criando uma relação de dependência em que os municípios precisam cumprir todos os requisitos burocráticos e sistêmicos para granjear apoio, capacitação e recursos. Situação semelhante encontrei durante a pesquisa realizada em Japeri (2015), com a diferença de que a problemática era na área ambiental.

Na última gestão, Japeri tentou captar recursos para áreas de proteção ambiental (APAs Pico da Coragem e Pedra Lisa), mas não conseguiu. A pessoa designada para o assunto foi a Diretora de Turismo, Cristiana Guimarães. Vi claramente a sua resignação ao falar que o pedido foi barrado logo na fase de análise documental. Um município do porte de Japeri não tinha condições de cumprir tais exigências, inclusive por estar situado na Região Metropolitana, o que já denota um impeditivo para acessar o referido recurso via esfera federal.

Na visão da gestora Cristiana, “desenvolver um município na Baixada Fluminense é enfrentar tantos problemas que somente amando o lugar e o que você faz, é possível prosseguir”. Para o turismo e o patrimônio, Cristiana tinha em mente algumas atividades para tentar estimular o segmento cultural local, como rodas de lembranças, ações culturais de sensibilização do patrimônio cultural e registro das manifestações culturais. Porém, o seu trabalho na secretaria entre 2013 e 2015 (Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer) era isolado, pois os demais funcionários lidavam com assuntos de esporte e lazer, restando a ela todo o encargo relativo a cultura, turismo, fiscalização da atividade nas áreas de proteção

ambiental etc. Uma situação negativa que ela mesma reconhecia e, para contornar tal problema, buscou se dedicar a uma situação específica, a saber, o turismo de aventura. Segundo ela, “[...] tenho investido meu tempo mais para compreender como lançar recursos turísticos importantes do município, como as áreas de rio para a prática de canoagem (Rio Guandu)”.

O turismo é um setor nulo ou desenvolvido medianamente em municípios periféricos. Prova disso no Estado do Rio de Janeiro é que se pode contar nos dedos as cidades que “vivem” de turismo. Dos atuais destinos indutores do turismo no Estado fluminense⁴, somente Rio de Janeiro⁵ e Angra dos Reis estão próximos da área FNSC. Apesar da proximidade com a Costa Verde, tendo Itaguaí como um dos seus municípios instituintes, a FNSC é mais vista a partir da sua intersecção com o Vale do Paraíba. Sua ligação com o mar foi mais intensa quando exerceu efetivamente sua função agropecuária e mercantil, isto é, entre os regimes colonial e imperial. A Baía de Sepetiba, seu principal recurso hídrico, sofre hoje com a degradação ambiental e a perda daquela aura litorânea que, até o século passado, marcou admiravelmente as praias e ilhas dos bairros de Sepetiba, Pedra de Guaratiba, Coroa Grande, Ilha da Madeira e Itacuruçá.

Assim sendo, se há hoje uma vocação turística na região histórica da FNSC, esta está intimamente ligada à dinâmica turística em voga no Vale do Café⁶. Essa última região, com suas fazendas históricas e rico patrimônio natural, é o que garante um fluxo razoável de turistas na área da FNSC. E, apesar de boa parte das fazendas do Vale do Café estarem vinculadas à história e memória da FNSC, sua ligação é desconhecida pelo trade local. Mesmo a Setur e a TurisRio, entidades ávidas por novos roteiros alternativos para o Estado, até hoje não se manifestou a respeito do assunto. A razão para tal negligência deve ser a mesma que fora desvelada nas instituições municipais: o desconhecimento do assunto e do potencial de gerar novos produtos turísticos e mecanismos de captação e fomento para a preservação do patrimônio cultural.

⁴ Conferir o relatório dos 65 destinos do Ministério do Turismo em: <http://migre.me/wgFhW>. Acesso em: 18 mar. 2017.

⁵ Apesar da Zona Oeste carioca ser parte do escopo, sabe-se muito bem que a condição da cidade do Rio de Janeiro como destino indutor deve-se aos atrativos e à imagem atrelada às áreas Centro e Zona Sul. A Zona Oeste, com a exceção da região Barra da Tijuca, é oficialmente excluída da política municipal de turismo. Na década de 90, tentou-se inventariar e propor soluções para o desenvolvimento do turismo na periferia da Zona Oeste carioca, porém, o projeto não teve continuidade. Há poucos registros materiais desse momento de reconhecimento do território turístico Zona Oeste na gestão César Maia.

⁶ Mapa oficial da região Vale do Café (Setur/TurisRio): <http://migre.me/wgFGN>. Acesso em: 19 mar. 2017. Para um breve panorama das fazendas históricas, consultar a Preservale, considerada hoje o principal ator político do trade turístico local: <http://www.preservale.com.br/>. Acesso em: 19 mar. 2017.

Foi isso o que esclareceu o Diretor de Turismo de Itaguaí, Nelson Wenglarek, ao falar, em tom de desabafo, sobre a dificuldade de trabalhar com o tema turismo local. Afora a reativação do Conselho Municipal de Turismo (COMTURI)⁷, para conseguir visibilidade, Nelson busca espaços fora de Itaguaí ou do circuito Costa Verde para divulgar os atrativos locais, sobretudo os naturais. Segundo ele, é por isso que projetos de pegada empreendedora e criativa como o que ele e eu estávamos costurando faz quase um ano – Projeto Caminhos da Fazenda de Santa Cruz: itinerários simbólicos para o desenvolvimento turístico e patrimonial de Itaguaí (CARDOSO, 2016) – não consegue sair da fase de idealização para a execução.

No mesmo diapasão, as gestoras Daniela Félix (Diretora de Patrimônio) e Nádía Alvarez (Subsecretaria de Cultura), ambas alocadas na SMECE de Seropédica até a última gestão (Alcir Martinazzo, 2013-2016), comentaram durante uma reunião no Centro Cultural Seropédica (CCS), que o objetivo maior das ações do espaço cultural é “resgatar a identidade cultural do território, para que Seropédica mantenha a identidade de ser uma ‘cidade campestre’”. Nádía emenda o comentário falando do seu projeto cultural individual que busca unir história, tradição e natureza para recompor a história rural/agrícola do município:

Cheguei a ganhar dois hectares na área da Fazendinha para plantar amora. Temos um projeto maravilhoso com a fruta amora, chamado “Amora Seropédica”, inclusive com o objetivo de captar recursos. Até o momento não conseguimos. O máximo que conseguimos foi a realização de mostras na UFRRJ. Nosso objetivo a longo prazo é trazer para Seropédica a sua autoestima identitária para encaminhá-la por um desenvolvimento comprometido com a história, a arte, a memória. Hoje, temos alguns avanços, inclusive aqui no Centro Cultural Seropédica, onde acabamos de confirmar 35 oficinas contemplando todas as linguagens artísticas. O meu conceito é “identidade cultural”! (ALVAREZ, 2016, comunicação pessoal).

Em outro encontro, Daniela Félix confirma que o turismo seria uma solução plausível para Seropédica, mas ao perguntar como seria possível fomentar o turismo municipal se não há reconhecimento dos atrativos e nem uma perspectiva de desenvolvimento de roteiro interno, ela admite que o problema é mais complexo, teria que haver um roteiro intermunicipal para que o turismo local fosse viabilizado. De acordo com a gestora:

⁷ Ver: <http://www.itaguaui.rj.gov.br/noticia/734/encontro-busca-fomentar-turismo-em-itaguaui.html>. Acesso em: 5 jul. 2016.

[...] é difícil trabalhar cultura e patrimônio num município onde há carência de referências históricas, documentais e arquitetônicas para balizar as ações dos gestores e produtores culturais (Felix, 2016, comunicação pessoal).

Até o fim da primeira etapa da pesquisa (2016), a questão do turismo em Seropédica não foi suficientemente esclarecida tanto para mim como para as gestoras do Centro Cultural Seropédica e para a Secretaria de Comunicação, Turismo e Eventos. Faltou compreender em que medida os gestores do CCS tomaram para si, mais que a própria secretaria designada para tal tarefa, a missão de trabalhar em prol do fortalecimento do turismo e do intercâmbio cultural municipal. Sobre isso, Daniela respondeu a um determinado questionamento feito por mim por e-mail:

Creio que a estrutura da Fazenda em que estava o Centro Cultural tinha esse potencial turístico. Afinal, recebemos pessoas não só de Seropédica. Era muito comum recebermos pessoas que estavam viajando, que viam a casa e paravam para conhecer. Por estar localizada na Antiga Estrada Rio-São Paulo, o trânsito de pessoas era muito grande e estamos falando de um casarão antigo que é um dos grandes marcos do que foi preservado da história de Seropédica (Felix, 2016, documento pessoal).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos da pesquisa, que ainda está por ser finalizada, é delinear uma geotnografia onde os sujeitos interpelados, agentes públicos, sejam compreendidos para além do local de trabalho e do papel institucional que cumprem na repartição e nos demais encontros onde a hierarquia burocracia governamental se faz presente e ritos político-institucionais tem que ser cumpridos. O próximo passo da pesquisa é esmiuçar o modo como as trajetórias, ideologias políticas, cosmovisões e lugares de interesse impactam nos discursos e ações dos agentes públicos e isso, em alguma medida, interfere na agenda de política pública da sua pasta. Essa perspectiva norteia a problemática do como os diferentes agentes públicos estabelecem formas diferenciadas de lidar com a “coisa pública”.

Em vários momentos, a problemática dos lugares de memória da FSC emergiu. Geograficamente falando, lugares de memória são o núcleo de qualquer sociedade, o fio tenso que une a sociedade aos bens culturais e naturais circunscritos por aquela ordem simbólica.

Inclusive, eu defendo que a apropriação dos lugares de memória pelos habitantes e agentes culturais locais é um ponto crucial do desenvolvimento social. Além do mais, deveria ser compreendido como um indicador de desenvolvimento e de sustentabilidade de um território. Sendo um indicador territorial de desenvolvimento e sustentabilidade, os lugares de memória (bens culturais e ecossistemas locais) não se fecham em si mesmo, mas abrangem múltiplos aspectos da vida (patrimônio, educação, conservação ambiental, intercâmbio, produções culturais e científicas) indispensáveis para o fortalecimento das instituições e dos agentes culturais locais, bem como orientar o processo econômico a partir das vocações locais e da promoção da criatividade para erguer arranjos produtivos sustentáveis.

4 REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Jorge Luiz, SILVA, Monique Bezerra da. **Oeste Carioca**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014. Disponível em: <<http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2015/02/OESTE-CARIOCA-EBOOK-1.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- CARDOSO, Diogo da Silva. Arquipélago sociomuseológico regional: notas sobre a emergência de um circuito de cultura e memória na periferia carioca (RJ). **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro. UFRJ, 2015. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/16/teses/825833.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.
- COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORREA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro, Eduerj, 1998.
- FREITAS, Benedicto. **Santa Cruz: Fazenda Jesuítica, Real, Imperial**. v. 3. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1987b.
- _____. **Santa Cruz: Fazenda Jesuítica, Real, Imperial**. v. 2. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1987a.
- _____. **Santa Cruz: Fazenda Jesuítica, Real, Imperial**. v. 1. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1985.
- NORA, Pierre. Lugares de memória: a problemática dos lugares. **Estudos Históricos**. n. 10. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. n. 3. v. 2. 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2013.